

Notícias Sindicais, 15/01/14

Federação Nacional dos Urbanitários

2014 nem bem começou e mais um acidente grave com eletricitário da Cemig

O ano nem bem começou e a Cemig já registra o primeiro acidente grave envolvendo trabalhador do quadro próprio. No dia 09, o eletricitista de manutenção de usinas, Dennis Ricardo Nogueira de Sá, se deslocava da Usina de Irapé para Montes Claros, onde iria fazer exame médico periódico, quando sofreu um acidente de trabalho.

O eletricitário, de 38 anos, é casado e foi admitido no último concurso da Cemig. Há cerca de seis meses trabalha na operação da usina de Irapé. Por volta das 15 horas, ao trafegar pela MG 307, no município de Grão Mogol, o eletricitário perdeu o controle da moto e caiu, sofrendo politraumatismo. Um taxista que passava pelo local prestou os primeiros socorros e acionou o Samu de Cristália.

Dennis foi encaminhado para o Hospital Municipal de Francisco Sá, mas devido à gravidade dos ferimentos, foi transferido para a Santa Casa de Montes Claros, onde foi submetido a uma cirurgia para aliviar a pressão no crânio.

De acordo com um irmão do trabalhador, que está em Montes Claros desde a data do acidente, Dennis continua em coma induzido; o estado de saúde do eletricitário ainda é grave, mas está estabilizado.

Em 2013 cinco eletricitários, incluindo trabalhadores do quadro próprio e terceirizados, perderam a vida a serviço da Cemig. O Sindieleto registrou ainda a ocorrência de 10 acidentes graves com eletricitários, que provocaram queimaduras, amputação de membros e aposentadorias precoces.

A discussão do Pacto pela Saúde e Segurança, uma importante conquista da categoria no Acordo Coletivo de Trabalho, tem que ser encarada pelos representantes da Cemig com seriedade. É preciso considerar que é urgente combater os acidentes com eletricitários. E é fundamental que o Pacto apresente resultados concretos que preserve a vida e a integridade física dos trabalhadores.

Diap, 15/01/14

Contribuintes entre 1999 e 2013 têm direito à revisão de saldos do FGTS

Brasileiros que tiveram contrato formal de trabalho em regime CLT entre 1999 e 2013 e, consequentemente, contribuíram com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), precisam ficar atentos. Em 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a Taxa Referencial (TR), responsável até então pela correção monetária de precatórios e do FGTS, como inconstitucional e ilegal.

"A decisão ocorreu porque durante o período vigente em que foi utilizada (1999 a 2013), a TR não acompanhou os demais índices de correção e esteve abaixo da inflação, o poder de compra não foi recuperado e os trabalhadores receberam menos do que deveriam", explica o especialista em Direito Tributário da RCA Advogados, Robson Amador.

Por causa da mudança, todas as pessoas que trabalharam nos últimos 14 anos, inclusive os aposentados, podem entrar com ação judicial para pedir a correção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. A estimativa é que a diferença percentual entre o que o trabalhador de fato recebeu, e o que deveria ter recebido, varia de 60% a 80%, dependendo dos meses e dos anos trabalhados.

A partir de agora, o índice escolhido para a correção monetária do FGTS será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). "Assim como outros índices, o INPC sempre acompanha o nível da inflação. Em termos de comparação, em um ano a TR acumula uma variação de 0,04%, enquanto o INPC registra uma alta de 6,67% durante o mesmo período", relaciona o especialista em Direito Tributário.

Aposentados e contribuintes que já tenham sacado o Fundo de Garantia também têm direito à revisão. O pedido pode ser feito em até 30 anos. Para entrar com a ação, o trabalhador deve obter os extratos do FGTS de 1999 a 2013 junto à Caixa Econômica Federal, RG, CPF, comprovante de residência procurar um advogado especialista.

"A partir dos extratos, haverá uma comparação entre o índice que foi aplicado e o índice que deveria ter sido utilizado. A partir daí será calculada a diferença", esclarece Robson Amador.

FGTS

O FGTS foi criado em 1966 por meio da Lei 5.107, para proteger o trabalhador demitido sem justa causa. Atualmente, é a Lei 8.036/1990 que regula o FGTS e faz menção à correção monetária. O Fundo de Garantia é uma conta aberta pelo empregador junto à Caixa Econômica Federal, para que seja depositado mensalmente 8% do salário, mais atualização monetária e juros.

Como surgiu a Taxa Referencial?

A Taxa Referencial é originária da Lei 8.177, que foi criada em 1991, no Plano Collor 2. A iniciativa fez com que os valores recolhidos do FGTS não refletissem os índices oficiais da inflação, o que causou prejuízo aos trabalhadores. (Fonte: *Diário do Litoral*)

Agência Brasil, 15/01/14

Emprego na indústria fica estável entre outubro e novembro de 2013

Vitor Abdala - *Repórter da Agência Brasil*

Rio de Janeiro – O emprego na indústria manteve-se estável em novembro de 2013, na comparação com o mês anterior. Em outubro, havia sido observado aumento de 0,1%, o primeiro crescimento depois de cinco meses em queda. Os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Empregos e Salários (Pimes) foram divulgados hoje (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na comparação de novembro de 2013 com o mesmo período do ano anterior, houve queda de 1,7% no emprego industrial. Foram observadas reduções nos contingentes de pessoal ocupado em 14 dos 18 setores pesquisados, com destaque para as indústrias de produtos de metal (-6,8%), calçados e couro (-6,2%), máquinas e equipamentos (-3,8%) e máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-4,4%).

A queda atingiu 12 dos 14 locais pesquisados. Os principais impactos negativos foram observados em São Paulo (-2,3%), na Região Nordeste (-4,1%), no Rio Grande do Sul (-2,4%), na Bahia (-5,5%), em Minas Gerais (-1,3%) e Pernambuco (-4,2%).

No acumulado do ano e em 12 meses, houve queda de 1,1%, segundo o IBGE. O número de horas pagas caiu em todos os tipos de comparação: novembro em relação a outubro (-0,4%), novembro de 2013 na comparação com novembro de 2012 (-2,2%), acumulados do ano e em 12 meses (-1,2%).

A folha de pagamento real cresceu 2,6% entre outubro e novembro, 1,7% no acumulado do ano e 2,4% no acumulado de 12 meses. Houve queda na folha de pagamento de 3,7% na comparação de novembro de 2013 com o mesmo período do ano anterior.

Portal CTB

Nesta quarta (15), centrais planejam ações unificadas para 2014

A CTB sempre defendeu a união da classe trabalhadora para vencer o capital. Por isso, pretende continuar com a luta unificada com as demais centrais sindicais para empoderar os interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores do Brasil, como tem feito nos seis anos de sua existência. "A CTB pretende resgatar o debate que foi muito presente em 2013, que do ponto de vista da ação sindical, buscamos dar consequência à agenda da classe trabalhadora reforçada pelo calor das jornadas de junho", preconiza Adilson Araújo, presidente da CTB.

A primeira reunião deste ano entre as centrais brasileiras ocorre nesta quarta-feira (15), a partir das 10 horas na sede nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), à Rua Caetano Pinto, 575, no bairro do Brás, na capital paulista. Aproveitando o sucesso das mobilizações unificadas de 2013, as centrais desejam retomar as lutas da classe trabalhadora como a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário e contra a alta dos juros empreendida pelo Banco Central e que atrapalha o desenvolvimento nacional e a criação de novos postos de trabalho.

"O centro da posição da CTB é o de promover uma ampla discussão sobre a necessidade de se fazer um balanço e uma atualização da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) de 2010", explica o presidente da CTB. "Para nós essa iniciativa passa pela realização de uma plenária unitária da classe trabalhadora para mostrar que queremos avançar e conquistar melhores condições de vida e de trabalho", acentua.

A paralisação de 11 de julho do ano passado mostrou a importância das centrais sindicais atuarem unidas, porque se depender da mídia comercial, os trabalhadores ficam sem espaço na comunicação para defender seus interesses. Neste ano as centrais já têm um compromisso agendado para 1º de fevereiro em São Bernardo (SP) para integrar o Coletivo Sindical de apoio ao Grupo de Trabalho "Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical". 2014 já começa com a promessa de grandes mobilizações do movimento sindical.

Para Adilson "o reflexo da grave crise econômica mundial tem repercutido no Brasil, muito embora com um horizonte promissor com a realização da Copa do Mundo, isso exigirá a tomada de medidas que venham a contribuir com o processo de mudanças. Para tanto, torna-se imprescindível ganhar novamente as ruas".

Também deverão entrar na pauta das discussões, questões fundamentais para a melhoria de vida da classe trabalhadora e para o desenvolvimento autônomo do país como 10% do Produto Interno Bruto (PIB) ir para a educação, mais investimentos na saúde, além de melhoria no

transporte público, a valorização das aposentadorias, reforma agrária, direito de greve e de negociações coletivas no serviço público, regulamentação do trabalho doméstico, democratização dos meios de comunicação, reforma política com ampla participação popular, Marco Civil da Internet entre outros temas.

"A mobilização dos trabalhadores em aliança com os movimentos sociais para levantar as bandeiras da classe trabalhadora e a proposta de se efetivar uma reforma política democrática, com a realização de eleições limpas que suprimam a ingerência do poder econômico, propiciando maior participação popular. Ainda mais neste ano com Copa do Mundo e eleições, principalmente para presidente, que exige muita atenção do povo brasileiro para elevar as condições de vida de todos", reforça Adilson.

Marcos Aurélio Ruy - Portal CTB

Instituto do Observatório Social

Dados do IBGE sobre mercado de trabalho passarão a ser nacionais e trimestrais

O IBGE apresentou nesta segunda-feira (13) a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), que irá substituir a atual Pnad, de periodicidade anual, e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que é mensal. Nesse segundo caso, a divulgação deixará de ser restrita a seis regiões metropolitanas e passará a ter abrangência nacional, mas será feita apenas trimestralmente. O instituto informa que "está estudando alternativas para produção de indicadores de divulgação mensal de mercado de trabalho".

Os primeiros dados da nova pesquisa serão divulgados na sexta-feira, com informações relativas aos quatro trimestres de 2012 e para os dois primeiros trimestres de 2013. Os demais resultados serão divulgados até dezembro. "Nas primeiras divulgações será priorizado um conjunto de indicadores básicos relativos à análise do mercado de trabalho", diz o IBGE.

Ainda de acordo com o instituto, a partir da nova Pnad "serão produzidas informações contínuas sobre a inserção da população no mercado de trabalho, segundo características tais como idade, sexo e nível de instrução". Além disso, afirma o IBGE, "a pesquisa permitirá também o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país através da produção de dados anuais sobre outras formas de trabalho, trabalho infantil, migração, entre outros".

Trimestralmente, serão visitados 211.344 domicílios em aproximadamente 3.500 municípios, ante os 1.100 atuais.

A atual PME terá série histórica curta. Foi iniciada em 2002, após uma revisão metodológica no ano anterior – e terminará em dezembro. A pesquisa original é dos anos 1980.

Por: Rede Brasil Atual

Portal Mundo Sindical

Governo descumpriu acordo que pôs fim à greve em MT, dizem professores

O Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT) acusa o governo do estado de descumprir itens do acordo que permitiu o fim da greve da categoria, em outubro do ano passado. Entre eles, a redução no orçamento da educação, a não nomeação de classificados em concurso público e, principalmente, a falta de contrato de trabalho para a conclusão do ano letivo de 2013, o que causaria o corte dos salários dos professores temporários. A Secretaria de Educação do estado (Seduc) afirma que esses profissionais não podem receber mais do que estabelecido no contrato.

"Temos um conjunto de reivindicações junto ao governo do estado e o governo já deu provas dessa quebra de acordo. Uma delas é a questão do corte de pontos, mesmo de forma retroativa, dos trabalhadores interinos. Temos também a quebra de acordo no que diz respeito à nomeação dos classificados, que era pra ter acontecido em 19 de novembro e, até a presente data, ainda não ocorreu. O governo diz que fará no dia 15. Vamos aguardar e ver se, de fato, vai sair no diário oficial", disse o presidente do Sintep-MT, Henrique Lopes do Nascimento.

A greve dos professores no ano passado durou 67 dias e terminou quando foi apresentada uma proposta de aumento de 100% do salário em 10 anos. Também ficou acertado que os dias parados não seriam descontados.

O Sintep-MT realizou assembleia geral na tarde desta segunda-feira (13), na qual ficou decidido que a categoria não vai entrar em greve. Mas, até o final de janeiro, os trabalhadores devem fazer paralisações e protestos, se não houver acordo com o governo. Nova assembleia foi marcada para fevereiro.

Outro lado

Por meio de nota, a Seduc disse que os professores temporários cumprem a reposição de aula e não podem receber mais do que já foi estabelecido no contrato. Quanto às contratações de

mais profissionais, a Seduc diz que, neste mês, 636 professores vão ser nomeados. Sobre o orçamento de 2014, o governo diz que valor foi aprovado pelos deputados.

Fonte: G1 - 14/01/2014

Portal Mundo Sindical

Fortaleza: Encontro abre caminho para fim da greve dos professores das universidades estaduais

Uma reunião realizada na tarde desta segunda-feira (13), pode ter aberto caminho para o fim da greve dos professores das universidades estaduais do Estado.

Representantes do Sindicato dos Docentes da Uece (SindUece), Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sindiuva) e Sindicato dos Docentes da Universidade Regional do Cariri (Sindurca) consideram positivo a sinalização do governador Cid Gomes para atender a pautas de reivindicações da greve dos professores das instituições.

A decisão sobre o possível encerramento da greve dos professores da Uece sai ainda nesta semana. O SindUece irá realizar assembleia na quinta-feira (16), às 9h, no campus do Itaperi, para levar aos professores o que foi acertado no encontro desta segunda-feira. Na quarta-feira (15), as assembleias serão realizadas na Urca e Uva.

A reunião, na sede do Metrofor, ainda teve as presenças do presidente da Assembleia Legislativa, José Albuquerque (Pros), e dos deputados federais Chico Lopes (PC do B), Arthur Bruno (PT) e José Guimarães (PT).

Segundo a presidente da SindiUece, Elada Maciel, foram abordados na reunião, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Docentes (PCCV), a realização de concurso público para professor efetivo e política de assistência estudantil.

"Consideramos que o encontro foi muito importante porque houve um avanço em pontos que estavam faltando diálogo. O governador sinalizou de forma positiva para atender nossas reivindicações. Principalmente em relação ao concurso público, que foi o carro-chefe da nossa greve", disse Elda Maciel.

Segundo a presidente da SindiUece, Cid Gomes se comprometeu em fazer concurso público para professor efetivo a ser realizado ainda no primeiro semestre de 2014. "Em fevereiro haverá seminários na Uece, Uva e Urca para definir as vagas e iniciar a elaboração dos editais do concurso", comentou Elda.

Professores estão em greve desde outubro de 2013

Os professores da Uece estão em greve desde o dia 29 de outubro de 2013. Já a Urca deliberou a greve em assembleia realizada no dia 5 de novembro. Os professores da Uva aderiram a greve no dia 6 de novembro, após assembleia da categoria.

Fonte: Diário do Nordeste - 14/01/2014

Congresso da CNTE discutirá valorização do professor e o papel da educação na inclusão social

14/01/2014

Encontro começará nesta sexta (16) e reafirmará necessidade de cumprimento do piso do magistério e de plano nacional para o setor

Escrito por: Luiz Carvalho

Mais de dois mil trabalhadores das redes estaduais e municipais de ensino do país estarão em Brasília entre os dias 16 e 19 de janeiro para participar do 32º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

O encontro terá como tema "Educação, Desenvolvimento e Inclusão Social" e, além de definir a próxima direção, apontará um plano de lutas da categoria para os próximos três anos.

Atual presidente da confederação e candidato à reeleição, Roberto Franklin de Leão, explica que os debates tratarão do papel do educador para construir um modelo de desenvolvimento mais justo e igualitário e que deve partir da valorização dos trabalhadores.

"Queremos reafirmar, principalmente, a questão do piso salarial e aproveitaremos para agendar uma atividade em Brasília, provavelmente em março, quando nos manifestarmos contra o baixo aumento que o governo federal deu ao piso nacional do magistério", aponta.

Segundo a CNTE, os estados e municípios receberam, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), muito mais do que os 8,32% oferecidos de reajuste aos trabalhadores.

"Pelos dados da Receita Federal, já foram repassados R\$ 117 bilhões e o percentual que ficou para nós corresponde a R\$ 111 bilhões. As contas não batem e a categoria ficou revoltada porque isso joga contra o princípio da valorização do professor", critica Leão.

De acordo com o dirigente, a CNTE também discutirá o apoio ao formado original do Plano Nacional de Educação (PNE), que tramita no Congresso desde 2010, e sofreu retrocessos ao passar pelo Senado.

“O projeto que queremos é o que estava na Câmara e traz conquistas fundamentais como 10% do PIB para a educação pública. Ao tirar o termo “pública” do texto, o Senado contribui para outras interpretações, de acordo com os interesses de cada governo”, comenta.

Outro ponto importante do PNE, cita Leão, é a equiparação do salário médio dos professores com os dos demais profissionais do serviço público que tenham a mesma formação profissional. Atualmente, indica, os trabalhadores do setor recebem cerca 60% do que ganham os servidores com a mesma escolaridade.

Valorizar quem faz a educação – Também para o presidente da CUT, Vagner Freitas, que estará presente no Congresso, não há como fazer do Brasil um país mais democrático sem valorizar quem é determinante para que o ensino seja público e de qualidade.

“A CUT defende um projeto de país em que os filhos dos trabalhadores tenham a mesma formação do filho dos empresários, possam concorrer com as mesmas condições no mercado de trabalho, tenham as mesmas oportunidades e possam enfrentar os desafios da vida preparados sob o mesmo pilar. Isso só é possível com a valorização do trabalhador, com o cumprimento do piso nacional do magistério e se convenceremos os gestores públicos de que é preciso aplicar 10% do PIB para a educação”, acredita.

Ainda segundo Franklin Leão, as eleições deste ano também estarão na pauta da CNTE, assim como a necessidade de ampliar o investimento.

“Reconhecemos que houve esforço, o orçamento do Ministério da Educação triplicou, mas é preciso muito mais, pautando o processo para além do cumprimento a valorização do piso e atuando na perspectiva da melhoria da formação e da carreira”, afirma.

Profissão pouco atraente – Secretário de Relações Internacionais da CUT, João Felício, ressalta que, mesmo se cumprida a Lei do Piso e os critérios de atualização do valor, compromissos que alguns governadores e parlamentares tentaram driblar, o valor ainda é muito baixo – R\$ 1.697,37 –, fator que torna a carreira pouco atrativa para os jovens.

“Apesar da importância que têm para a formação de toda a sociedade, a profissão não é estimulante. Nenhum país consegue se desenvolver sem uma qualidade de ensino e sem professor qualificado, bem formado e com salário digno. Quando você tem um plano de carreira e um piso decente, você estimula os jovens a seguirem a profissão. Acredito que o Brasil está no caminho certo, mas de maneira muito lenta. Se não houver aumento considerável de recursos, valorização da categoria e aprovação do Plano Nacional de Educação, o Brasil continuará crescendo, mas não criará cientistas, pesquisadores, gente que representa a base do desenvolvimento”, define.

Portal da CUT

"Rolezinho" da periferia é legítima ocupação do espaço pelos jovens, afirma secretário da CUT

14/01/2014

Movimentos em Shopping Centers, clássicos espaços das elites, se tornam centro de debates no Brasil

Escrito por: Henri Chevalier - CUT Nacional

Nas primeiras semanas de janeiro, os chamados “rolezinhos” – encontros de jovens da periferia de grandes cidades para passear, ou “dar um rolê” – tomaram o centro dos debates sobre desigualdade, racismo e espaços para lazer no Brasil.

Organizado pela Internet desde dezembro de 2013 e escolhendo os Shopping Centers como locais de reunião, o movimento se tornou símbolo da ocupação de um ambiente tradicionalmente reservado à classe média. Alcançou a maior repercussão após a rápida e violenta repressão policial no Shopping Metrô Itaquera, no sábado (11), que incluiu balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo.

Para Alfredo Santos Junior, Secretário Nacional de Juventude da CUT, a reação de setores mais conservadores da sociedade em relação aos “rolezinhos” representa o medo das elites de ter seu espaço – historicamente baseado na desigualdade – ameaçado por setores que são sistematicamente excluídos desta realidade.

“É preciso pensar o Shopping também como meio de apartheid social”, afirma o dirigente. “Ele materializa a desigualdade histórica no acesso aos bens e, com a ascensão financeira vista nos últimos anos, é um ambiente que sofre impacto. E outra coisa: Shopping é considerado local de divertimento individual, para que não haja riscos de ações e encontros organizados que possam levar ao questionamento do status quo. Quando se vai a esses lugares em grandes grupos, há o medo de quebra da lógica atual”, lembra.

A lógica atual, para Alfredo, passa pelas contradições inerentes ao Capitalismo e à segregação, pela discussão do direito à cidade e da Mobilidade Urbana, pela Cultura e, ainda, pela questão do racismo. “Durante os rolezinhos, até agora, não foi registrado nenhum caso de furto, roubo ou assalto. Nada. Mesmo assim, a imprensa aborda como se fosse algo prestes a acontecer. Isto é uma questão racial, onde se classifica os cidadãos perigosos ou não por meio da cor de sua pele e classe social. Quando o público não é visualmente caracterizado como da periferia, quando não é negro, não é criminalizado.”.

Como exemplo, Alfredo cita eventos ocorridos no Nordeste no final da década de 90, chamados de “bondes”. Nos “bondes”, jovens de classe média agiam de forma violenta em encontros coletivos acontecidos em espaços públicos e privados. “Como se tratava de um público mais de classe média, a ação até era reprimida por seguranças particulares do Shopping, mas nunca criminalizada. Não havia Polícia Militar. E aí devemos incluir o componente social e o racial.”.

Para o Secretário, a grande violência, na visão das elites, é a presença da periferia nas regiões mais centrais da cidade. Um vídeo que circula na Internet mostra jovens alunos da USP no Shopping Eldorado, em São Paulo, cantando e subindo em mesas da praça de alimentação. Os seguranças não interferem no movimento.

Prisão para averiguação

Alfredo lembra também que, na periferia, quando não há testemunhas e mídia, as repressões são ainda mais violentas do que as ocorridas no Shopping de Itaquera. As balas não são de borracha, são verdadeiras, e as vítimas têm características específicas. “A violência do Polícia Militar, que não deveria nem mesmo estar fazendo a segurança de ambiente privado, passa pelo estereótipo do que ofereceria risco: negro, jovem e pobre.”.

O assunto dialoga com outra questão trabalhada pelos movimentos sociais em relação à Juventude: os autos de resistência. Desde 2012, o Projeto de Lei nº 4471, pelo fim dos autos de resistência - uma medida da época da Ditadura que dificulta a investigação de mortes e lesões corporais cometidas pela polícia - está em discussão. Alfredo lembra que algumas ações ainda hoje utilizadas em abordagens policiais são originadas no período militar e não são leis. “Reter alguém sem motivos é criminalização prévia, com base em aparências. Vimos isso na ditadura militar e nas manifestações de junho. Não está no ordenamento jurídico brasileiro”, afirma o dirigente.

Música

Depoimentos publicados na imprensa apontam que os jovens dos “rolezinhos” entoavam letras de Funk, gênero musical, no Brasil, associado à criminalidade e às regiões de periferia. Alfredo lembra as origens da música e reafirma que a questão central das reações contra o movimento é a aparência do público.

“O preconceito não é exatamente com a música em si, mas com a população que ouve essa música. Se vemos a letra de algumas músicas de Sertanejo Universitário e compararmos com Funk Ostentação, por exemplo, há conteúdos bem parecidos. Mas o biotipo de quem ouve, as vestimentas e o ambiente das músicas são diferentes. Se um grupo negro, cantando Funk, assusta, será que um grupo branco, cantando música de outro padrão, assustaria?”, questiona o dirigente, que não deixa de lado o fato de que várias letras são relacionadas ao acúmulo de capital. “É importante questionar o Capitalismo, mas a questão central, nesse caso, é a não criminalização do direito de ir e vir”.

O Estado

A reação aos encontros movimentaram as redes sociais. Um dos argumentos mais frequentes é o de que o Estado precisa garantir espaços de lazer e cultura nas regiões mais afastadas para evitar esse tipo de atitude, que seria uma reação à inexistência de políticas públicas para a juventude da periferia.

Alfredo lembra que, apesar de parecer um argumento bem intencionado, é preciso cuidado com a lógica subentendida na questão. “Claro que não podemos nos esquecer da importância de valorizar espaços da periferia. É importante termos equipamentos públicos perto de nossas casas. Mas todos temos o direito de ir e vir em qualquer espaço. Esse é o ponto central. Não podemos cair na lógica da grande imprensa e da classe média, que buscam, com uma adaptação deste discurso, confinar a periferia na periferia. A cidade é de todos.”

A repressão e perseguição policial não são as únicas consequências sofridas pelos jovens, lembra o Secretário de Juventude. Há também a perseguição social. “Muitos organizadores e participantes dos ‘rolezinhos’ estão sendo perseguidos socialmente. Perdem seus empregos pela estigmatização do movimento alimentada, inclusive, pela mídia. Como os patrões dessas pessoas, via de regra, não concordam com os ‘rolezinhos’ – até por serem de outra classe social – eles sofrem represálias sérias como essas”, afirma Alfredo. “O que se diz a esses jovens é que eles não podem ocupar este espaço quando, na verdade, podem.”

Internet supera rádio e já é o segundo meio de informação mais consultado no Brasil

14/01/2014

*Jovens entre 16 e 25 anos tem preferência por TV aberta e Internet; jornais impressos tem 0%
Escrito por: Jornal GGN*

A Internet já passou o rádio e se consolidou como o segundo meio mais consultado pelos brasileiros atrás de informação - perdendo apenas para a TV aberta. Essa é a conclusão da "Pesquisa Brasileira de Mídia 2013", um amplo trabalho do Ibope Inteligência contratado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) para balizar sua estratégia de comunicação.

Houve entrevistas nos 27 estados nacionais, com um total de 18.312 entrevistados em 848 municípios, com uma margem de erro de um ponto. A ponderação dos entrevistados foi por sexo, grupos de idade, instrução e atividade.

Cada entrevistado poderia indicar até três meios de comunicação preferidos em uma lista que incluía TV aberta, Internet, rádio, jornal impresso, revista impressa.

O meio mais usado

A primeira questão foi sobre o meio de comunicação mais usado. Pela ordem de preferência:

1. TV aberta, com 78% de primeira opção, 13% de segunda e 2% de terceira.
2. Internet, com 12% de primeira opção, 17% de segunda e 9% de terceira.
3. Rádio, com 8% de primeira opção, 32% de segunda e 6% de terceira.
4. Jornal impresso, com 1% de primeira opção, 5% de segunda e 7% de terceira.
5. Revista impressa, com 1% de segunda opção e 2% de terceira opção.

Informação sobre o Brasil

A segunda questão foi sobre o meio de comunicação mais usado para se informar sobre o Brasil.

A única mudança relevante é no item rádio, o qual 6% apresentam como primeira opção de informação e 22% como segunda. A diferença de 32% para 22% como segunda opção provavelmente se deve aos que usam o rádio como entretenimento apenas.

No caso das revistas, o percentual dos que a usam para se informar cai para zero por cento como primeira e segunda opção; e para 1% como terceira opção.

Diferença por faixa etária

Na faixa de 16 a 25 anos, depois da TV aberta, há um franco predomínio da internet. 25% das pessoas consultadas a consideram como primeira opção de uso, contra 4% do rádio e zero por cento de jornais impressos e revistas.

Até a faixa de 55 anos, a Internet supera o rádio e até a faixa dos 65 anos supera os jornais impressos. É superada levemente pelos jornais impressos na faixa de mais de 65 anos - mas apenas 2% dos leitores dessa idade privilegiam os jornais.

Embora preponderante em todas as faixas de idade, é significativo o fato de que enquanto 85% do público com mais de 65 anos trata a televisão como primeira opção, para a faixa dos 16 aos 25 anos esse percentual cai para 70%.

Renda

No recorte por renda, a Internet cresce expressivamente nas faixas de maior renda.

Para a faixa até um salário mínimo, a primeira opção é a TV aberta, com 83%; a segunda é o rádio, com 10%; a terceira, a internet, com 5%; jornais e revistas impressos tem menos de 1%.

Quando se salta para o outro extremo, de renda superior a 5 SM, a TV cai para 65%, a internet sobe para 25%, o rádio cai para 6%, jornais impressos para 3% e revista impressa continua abaixo de 1%.

Na frequência de uso, a internet também supera o rádio. 65% dos que preferem a TV assistem todos os dias da semana, contra 19% do rádio, 25% da Internet, 5% dos que lêem jornal e 1% dos que lêem revista.

Na média de uso por dia, a Internet é campeão. A Internet é usada 3:48 horas por dia no final de semana, 3:44 horas durante a semana, contra 3:27 da TV no final de semana e 3:25 durante a semana.

Portal Gestão Sindical

O assassinato de Anísio Teixeira

14/01/2014 por Carta Capital

por Emiliano José

Em 11 de março de 1971, Anísio Teixeira passou boa parte da manhã na Fundação Getúlio Vargas (FGV), na Praia do Botafogo, no Rio de Janeiro. Joaquim Faria de Góes Sobrinho, amigo e colaborador de Anísio, colega de trabalho, soube da visita que ele faria ao apartamento de Aurélio

Buarque de Holanda, situado na Praia do Botafogo, 48, edifício Duque de Caxias. Sugeriu-lhe fosse a pé. De carro, teria de dar muitas voltas.

Anísio saiu antes das 11 horas em direção ao apartamento de Aurélio Buarque de Holanda, aceitando recomendação de Sobrinho. Almoçaria com ele, e pediria voto: era candidato a membro da Academia Brasileira de Letras. Depois desse almoço, iria para a Editora Civilização Brasileira, na Glória, Rua Benjamin Constant. Ali, trabalhava como consultor.

Anísio tinha uma rotina relativamente rigorosa. Chegava da Civilização Brasileira entre 18,30 e 19 horas. Neste dia 11, um pouco antes das 20 horas, a mulher de Anísio, Emília Ferreira Teixeira, liga para a filha Anna Christina Teixeira Monteiro de Barros, preocupada: nada de Anísio chegar. A filha tranqüilizou-a: o pai poderia ter saído com o embaixador Paulo Carneiro, seu amigo e um dos articuladores de sua candidatura à Academia. Carneiro era representante do Brasil na UNESCO, em Paris, em visita ao Brasil naquele momento.

Mas, o tempo passava, e nada de Anísio. Logo, o apartamento, à Rua Raul Pompéia, 58, apartamento 803, em Copacabana, começou a se encher de parentes e amigos. Começa uma via-crucis: delegacia de polícia de Copacabana, onde não havia qualquer notícia; não estivera na Editora Civilização Brasileira. Terminaram o dia no Hospital Miguel Couto, onde também não havia sinal dele.

Dia seguinte: não estivera também no edifício de Aurélio Buarque de Holanda. Tudo muito estranho, a família em polvorosa. E mais angustiado ficaram todos quando o jornalista Artur da Távola, genro de Anísio, informa que o acadêmico Abgar Renault soubera do comandante do I Exército, Sizen Sarmento, que Anísio Teixeira estava “detido para averiguações” em dependências da Aeronáutica.

No dia 13, jornais noticiam o desaparecimento do educador. E às 17 horas, Anna Christina recebe um telefonema: “aqui é da polícia...”. Ela passa o telefone para Lúcio Abreu, amigo da família. O educador fora encontrado morto, nas palavras da polícia, no fosso do elevador do edifício onde residia Aurélio Buarque de Holanda.

O corpo estava agora no Instituto Médico Legal. Fora retirado do fosso sem perícia técnica.

Na autópsia, estiveram presentes o acadêmico Afrânio Coutinho, o neurologista Djalma Chastinet Contreiras e os médicos Francisco Duarte Guimarães Neto, Domingos de Paula e Deolindo Couto, estes três, professores da UFRJ. Segundo relato dos presentes, havia duas grandes lesões traumáticas no crânio e na região supra-clavicular, incompatíveis com a suposta queda. Relatam, também, a existência de um instrumento cilíndrico, provavelmente de madeira, presumível causador das lesões. O legista, quando prosseguia com sua descrição, foi interrompido abruptamente por dois funcionários provenientes do local de onde o corpo fora retirado, que afirmavam ter sido “morte acidental por queda em fosso de elevador”.

No edifício onde Aurélio Buarque de Holanda morava, outro genro de Anísio, Mário Celso da Gama Lima, junto com um detetive policial, José Pinto, constatava: o corpo não poderia ter caído do alto e chegado ao ponto onde fora encontrado. Não passaria entre duas vigas logo acima, separadas entre si por uma distância de pouco mais de 20 centímetros. As lentes intactas dos óculos de Anísio, encontradas no local, outra evidência da farsa – não havia, então, lentes inquebráveis. Os dois subiram para testar as portas dos elevadores de cada um dos andares. Não conseguiram abrir nenhuma delas.

Mário vai ao IML, a autópsia em curso, ele não consegue assisti-la. O médico e professor da UFRJ, Francisco Duarte Guimarães, havia assistido, e lhe diz sem qualquer vacilação: “Mário, tio Anísio foi assassinado”. Dos que assistiram a autópsia, Mário ouviu a certeza: Anísio fora assassinado.

Foi enterrado no dia 14 de março de 1971, no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. A morte ocorria menos de dois meses depois da prisão, tortura e desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva, também no Rio de Janeiro. À época, os esforços para elucidar o caso junto à delegacia responsável esbarravam no fato de que a polícia só admitia tratar o fato como crime comum, malgrado admitisse a hipótese de assassinato. Quando houve a tentativa de incriminar serventes, o filho de Anísio, Carlos Antonio Teixeira, resolveu suspender a investigação.

Esclareço que essas informações estão baseadas em textos produzidos principalmente pelo professor João Augusto de Lima Rocha, da Escola Politécnica da UFBA, membro do Conselho Curador da Fundação Anísio Teixeira e da Comissão da Verdade da UFBA, autor do livro “Anísio em Movimento” e, também, no Memorial enviado à Comissão Nacional da Verdade e à Comissão da Memória e Verdade Anísio Teixeira, da Universidade de Brasília, assinado pelo filho de Teixeira, Carlos Antonio Ferreira Teixeira; por Haroldo Lima, ex-deputado federal, ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo e sobrinho-neto de Anísio Teixeira, e pelo próprio João Augusto.

O Memorial anexa matéria do jornal Última Hora, de 15 de março de 1971, onde sérias dúvidas são apresentadas em relação à tese de acidente. A polícia, em princípio, segundo a

reportagem, conclui que se Anísio tivesse caído no espaço do elevador de serviço jamais iria cair no platô.

O repórter informa: o corpo estava exatamente sobre o platô, de cócoras, com a cabeça sobre os joelhos e as mãos segurando as pernas. Entre os pés, uma poça de sangue. Na parede, bem no canto, abaixo das duas pilastras, alguns pingos de sangue. Mais nada. E as pilastras não mostravam ranhuras no cimento, na pintura, nem marcas de sangue, coisa que aconteceria se o corpo tivesse batido ali. Ainda segundo a reportagem: quando a portinhola que dá acesso ao platô foi aberta e encontrado o cadáver, outra porta, a da casa de força também estava escancarada. A perícia encontrou ali muitos respingos de sangue.

Outra conclusão categórica da polícia, ainda segundo a matéria: acidente é praticamente impossível. A posição do corpo feria tudo o que já fora visto até ali em acidentes como aquele. “Alguém matou e colocou ali o cadáver do professor Anísio Teixeira”. O repórter anota ainda outras observações da polícia: o chão em volta da portinhola que dá acesso ao poço do elevador havia sido lavado, os óculos de Anísio haviam sido encontrados em uma das pilastras e tudo leva a crer que foram colocadas ali, e ao ser retirado do fosso o cadáver estava sem sapatos e sem paletó. E os elevadores haviam sido revisados havia apenas 20 dias.

O Memorial relata, ainda, depoimento de Luís Viana Filho, de 1988, dado ao professor João Augusto de Lima Rocha, que preparava então o livro “Anísio em Movimento”, publicado pela Fundação Anísio Teixeira, em 1990, e republicado pela Editora do Senado, em 2002. Viana Filho, no depoimento, informa que, procurado pela família, buscou notícias, e recebeu a informação de que Anísio fora detido pela Aeronáutica para esclarecimentos, mas que seria libertado.

E noutro depoimento, dado em 1989, Afrânio Coutinho diz acreditar que Anísio fora morto sob torturas. E diante de James Amado, sua esposa Luiza Ramos, Pedro Roberto Ivo das Neves e do próprio João Augusto, disse ter escrito um documento sobre o episódio, depositado no cofre da Academia Brasileira de Letras, com a recomendação de só ser aberto 50 anos após a ocorrência dos fatos, em 2021, portanto. Coutinho cita o brigadeiro Burnier como um dos responsáveis pelo assassinato de Anísio, o mesmo Burnier dos sinistros planos do Para-Sar e da explosão do gasômetro da Avenida Brasil, abortados pela resistência do capitão Sérgio Macaco.

São muitas as evidências de que Anísio Teixeira foi morto sob tortura. A história tem dessas coisas: as ditaduras acreditam poder esconder as patas depois de cometer crimes, e as patas sujas de sangue um dia reaparecem. É momento de resgatar a memória, revelar a verdade, fazer justiça. Sem condescendência com os criminosos.

Instituto do Observatório Social

Estudo avalia redes de exploração na indústria têxtil argentina

A exploração de trabalhadores por algumas das principais grifes de Buenos Aires é um dos temas da última edição da revista “Cadernos de Antropologia”, publicação acadêmica que tem como objetivo difundir resultados de investigações antropológicas realizadas na Argentina e América Latina. O estudo “Oficinas clandestinas: o quintal das ‘grandes marcas’”, disponível para download na íntegra em espanhol, detalha as condições de produção no setor na Argentina, que são semelhantes às que têm sido encontradas no Brasil.

Desenvolvida por María Ayelén Arcos, pesquisadora da Universidade de Buenos Aires, a pesquisa aponta como cada vez mais as principais empresas do setor se especializam em marketing e comercialização, terceirizando a produção. A estimativa, conforme detalhado no estudo, é de que no país 80% das roupas comercializadas no país sejam produzidas em oficinas clandestinas terceirizadas. Assim como em São Paulo, a maior parte dos costureiros são imigrantes bolivianos.

Com base em entrevistas e no acompanhamento de denúncias, ela detalha sistemas como o das “camas quentes”, em que os trabalhadores vivem no mesmo local em que confeccionam as peças, cumprindo jornadas regulares de 10 a 12 horas de segunda-feira à sábado. O sistema é estruturado com base no pagamento por produção, o que faz com que jornadas exaustivas sejam uma constante. Assim como acontece no Brasil, muitos dos imigrantes trabalham nos primeiros meses só para pagar os custos com transporte para chegar ao país.

Ligada a La Alameda, organização de denúncia e combate ao trabalho escravo na Argentina, Ayelén tem estudado como se organizam as redes envolvendo oficinas clandestinas na cidade. Ela aponta que muitos dos empresários que se beneficiam com tal sistema tentam se eximir da responsabilidade argumentando que desconheciam as condições dos que vivem nas oficinas.

Por: Brasil de Fato

Sudáfrica: Mineradores de North West preparam nova greve geral

La Asociación de Trabajadores Mineros y de la Construcción (ATMC) en la ciudad de Rustenburg, provincia sudafricana de North West, amenazaron este martes con una huelga general en demanda de mejores salarios.

"Todos los miembros de ATMC en las minas de la compañía Impala Platinum están dispuestos a participar en la movilización de protesta", según explicó el líder sindical Joseph Mathunjwa este martes en la radio local.

"Nuestros afiliados reafirmaron el mandato de ir a la huelga y rechazaron una propuesta de la patronal que representaba un aumento de sueldos en solo un ocho por ciento", subrayó Mathunjwa.

La Asociación de Trabajadores Mineros señaló que la acción laboral es también en exigencia de mejores condiciones de trabajo relacionadas con seguridad y el sistema de contratación.

Mathunjwa recordó que Impala Platinum tiene una plantilla laboral de 50.000 empleados y la huelga podría comenzar esta semana con un aviso de paralización de labores durante 48 horas, en una primera etapa.

Sudáfrica ha sufrido una sucesión de protestas en el sector minero desde que una arremetida policial terminó violentamente con una movilización de trabajadores en la mina Marikana a mediados del año 2012.

La Unión Nacional de Mineros, sindicato dominante en el llamado cinturón del platino, denunció que 44 personas murieron y más de cuatro docenas resultaron heridas como consecuencia de la represión de los uniformados en el yacimiento de la empresa británica Lonmin, en esta misma provincia.

PL

Organizado por Ernesto Germano